



Experiências internacionais

p. 4

Especialista aponta como outros países utilizam a tributação para estimular consumo e produção mais sustentáveis

GUERRA FISCAL

Setor questiona modelo de impostos para sucata

p. 3

TRIBUTAÇÃO SUSTENTÁVEL

Tema passa distante do debate eleitoral

p. 6

SEM ÁLCOOL

Crescem vendas de cerveja de baixo teor alcoólico

p. 7



RENAULT CASTRO
Diretor Executivo da Abralatas

Felizmente, o mundo evolui. Há pouco mais de 20 anos, quase não se falava de práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental e social no Brasil. A própria reciclagem era um tema restrito a grupos e setores, como o da lata de alumínio para bebidas, cuja produção no país foi acompanhada, desde o início, de um processo de logística reversa até então completamente desconhecido.

Hoje o assunto frequenta o dia-a-dia das famílias, que começam a separar lixo seco do lixo orgânico. O país concluiu sua legislação sobre destinação de resíduos sólidos e reconheceu, como atividade econômica, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e a importância das cooperativas. O próximo passo – acreditamos nós, da Abralatas – é incorporar

essa evolução na definição de políticas que ajudem o consumidor a optar por produtos mais sustentáveis.

Estamos nos aproximando da quinta edição do Ciclo de Debates Abralatas e queremos analisar o que outros países estão fazendo em matéria de tributação sustentável. Discutir porquê esse tipo de tributação deu certo em alguns lugares e não funcionaram em outros. Assim, poderemos encontrar mais facilmente o nosso próprio caminho.

A trilha não será fácil em um país que comete equívocos quando, por exemplo, estimula a informalidade no comércio interestadual de sucata e onde o tema tributação sustentável passa ao largo do debate eleitoral.

Felizmente, o mundo evolui.



LATA DE ALUMÍNIO PARA BEBIDAS SE DESTACA EM PREMIAÇÃO DE EMBALAGENS

Quatro latas de alumínio para bebidas foram premiadas na categoria Ouro no Prêmio Abre da Embalagem Brasileira 2014. Como Embalagem Promocional, a grande vitoriosa foi a lata da cerveja Devassa que vibra quando é aberta. Foi utilizada entre outras latas convencionais para surpreender o consumidor, dentro da campanha “na primeira vez, todo mundo treme”.

Outra lata de cerveja premiada foi a Antártica 550ml, em “Design gráfico de bebidas alcoólicas”. A proposta era torna-la visualmente destacada nas gôndolas, aumentando a percepção de inovação e modernidade.

A Coca-Cola ganhou Ouro em dois itens: “Design gráfico de bebidas não alcoólicas”, com a Coca-Cola Light, e “Marketing – Estratégia de

Comunicação”, com a campanha “Encontre sua Coca-Cola Zero, edição Rock in Rio”.

O Prêmio Abre 2014 também foi concedido, na categoria Prata, à garrafa de alumínio da Smirnoff Ice e à lata da Devassa da campanha “Rio eu te amo”, e na categoria Bronze, à garrafa de alumínio da Coca-Cola da promoção Tour da Taça da Copa do Mundo FIFA.

Expediente

Boletim da ABRALATAS - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade » SCN Qd. 01, Bloco F, Ed. America Office Tower, Salas 1608 a 1610, CEP: 70.711-905, Brasília-DF » Tel./Fax (61) 3327-2142 » E-mail: abralatas@abralatas.org.br » **Presidente:** Carlos Medeiros » **Diretor Executivo:** Renault de Freitas Castro » **Assessoria:** Guilherme Caniello » **Projeto Gráfico:** Frisson Comunicação » **Jornalista Responsável:** Cláudio Tourinho » **Redação:** Eduardo Cunha e Bárbara Bernardes » **Tiragem:** 3.000 exemplares » **Impressão:** Gráfica Supernova.



Associados Fabricantes:



Afiliados:



Indústria do alumínio reivindica Reforma Tributária

Uma reforma tributária com a unificação das alíquotas interestaduais dos impostos que incidem sobre a sucata de alumínio e uma tributação diferenciada para embalagens mais sustentáveis. Essas são propostas da indústria de alumínio para reduzir equívocos e distorções na tributação do material no Brasil. Atualmente, a sucata de alumínio é isenta de tributação dentro dos estados e na importação. Porém, nas transações interestaduais existem impostos, como PIS, COFINS e ICMS. Dentre esses tributos, o de maior valor é o ICMS, que nas transações interestaduais chega a agregar 12% ao valor da sucata.

O coordenador da Comissão de Reciclagem da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), Carlos Roberto Morais, considera que o atual modelo de tributação traz um impacto negativo para a indústria da reciclagem. “Existe uma guerra fiscal entre os estados e isso causa distorção na maneira de ler o custo real da sucata”, explica. Segundo Morais, a unificação desses

tributos deve gerar maior transparência nas operações e, conseqüentemente, o faturamento adequado de todos os envolvidos na cadeia da reciclagem.

O CEO do Grupo ReciclaBR, maior recicladora de sucata de lata de alumínio do Brasil, Mário Fernandez, defende a isenção do ICMS nas transações interestaduais de sucata. Segundo ele, a tributação deve incidir somente sobre o produto transformado. “Atualmente, há uma distorção no mercado em função desse imposto. A indústria de reciclagem é severamente penalizada pelo modelo atual”, avalia.

Fernandez afirma que as políticas fiscal e tributária do Brasil estão entre as mais complexas e onerosas do mundo. “Existem diversos modelos de tributação mais simples e menos onerosos, como, por exemplo, o americano. Só há uma solução para a sobrevivência da indústria como um todo no país: prioridade na reforma tributária já a partir de 2015. Não podemos mais esperar”, adverte o executivo.

De acordo com Fernandez, a “guerra fiscal” entre os estados incentiva a informalidade e prejudica o recolhimento de impostos no país. “Há estados que oferecem incentivos fiscais na compra e na venda de sucata. Os estados de destino da mercadoria não reconhecem esse crédito do ICMS. A indústria de reciclagem, que é o destino final da sucata, é prejudicada, já que é reconhecida como coobrigada na operação”, analisa.

Para Fernandez a desoneração do ICMS interestadual trará maior recolhimento de impostos, mais empregos, melhor distribuição da carga tributária

ao longo cadeia da reciclagem de alumínio, mais transparência e menor informalidade.

EMBALAGENS SUSTENTÁVEIS

A Constituição Federal brasileira prevê que produtos provenientes da reciclagem tenham tratamento diferenciado. Porém, isto não é o que acontece no país atualmente. “O que temos até o momento é um modelo perverso para a indústria de reciclagem, onde não há benefícios por parte dos governos (municipal, estadual ou federal), prejudicando consideravelmente essa atividade”, critica Mário Fernandez.

Carlos Roberto Morais defende que as embalagens consideradas mais sustentáveis tenham tributação diferenciada, em função do papel que a cadeia de reciclagem exerce em substituição a funções que deveriam ser do Estado. “A indústria da reciclagem contribui com a coleta seletiva, a destinação correta dos resíduos e a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis”, enumera.



Mário Fernandez
CEO do Grupo ReciclaBR



Carlos Roberto Morais
Coordenador da Comissão de Reciclagem da ABAL

Ciclo de Debates Abralatas

Experiências internacionais de tributação sustentável



O PALESTRANTE

Anders Linde é doutor em tecnologia de embalagens e possui M.Sc. em Administração, Marketing e Comunicação. Atualmente é secretário-geral da Metal Packaging Europe, diretor-gerente da Beverage Can Makers Europe, presidente da ISO TC122/SC4 Embalagem e Meio Ambiente e diretor executivo da AliaXion AB, empresa internacional de consultoria em gestão.

Para uma discussão mais rica sobre tributação sustentável é preciso, dentre outras coisas, conhecer o que outros países já fazem a respeito. As boas experiências internacionais servem como subsídio não apenas para debates, mas também para que o Brasil possa analisar modelos de tributação verde de maior êxito no mundo. Algumas dessas experiências serão apresentadas pelo secretário-geral da Metal Packaging Europe, Anders Linde, no Ciclo de Debates Abralatas 2014.

Em entrevista ao *Notícias da Lata*, Anders Linde adianta um pouco de sua palestra no evento, que terá como tema “Experiências internacionais de tributação de embalagens com critérios sustentáveis”. Linde explica que os países membros da União Europeia (UE) estão empenhados em adotar uma nova

abordagem estratégica que ele chama de “economia circular”. Em termos gerais, a iniciativa promove e estimula a reciclagem e a reutilização de recursos. Há uma consciência crescente de que materiais valiosos são perdidos em aterros sanitários ou enviados ao exterior como resíduo. “A UE precisa de uma estratégia para implementar a ‘economia circular’ nos estados-membros e a tributação é o instrumento proposto”, afirma.

Anders Linde defende a tributação ou a elevação de tributos cobrados sobre aterros, o que, segundo ele, é uma medida importante para estimular alternativas de gestão de resíduos. “Isso deve gerar investimentos em infraestrutura, como coleta seletiva para reciclagem e tecnologias de triagem mais avançadas”. A cobrança de impostos sobre aterros



CICLO DE DEBATES ABRALATAS 2014 Tributação Sustentável

sanitários foi uma estratégia adotada em países como Alemanha e Holanda. “Os resultados são vistos nas altas taxas de reciclagem, mas também no uso extensivo de recuperação de energia a partir da incineração de rejeitos”, pontua.

Linde destaca que alguns países da Europa estão mais avançados na concepção de regimes fiscais para promover a reciclagem. Na Noruega, por exemplo, há um regime que pune com impostos elevados as embalagens com baixos índices de reciclagem ou de reutilização. “A partir do índice de reciclagem de 25% essa tributação começa a ser linearmente reduzida, e é eliminada quando esse indicador ultrapassa 95%”, exemplificou.

O regime adotado na Finlândia foi similar ao da Noruega, com bons resultados, e considera o desempenho da reciclagem de todas as embalagens, com destaque para as latas para bebidas. “A cadeia de reciclagem se beneficiou principalmente com o aumento da receita proveniente da sucata de alumínio, sem que fosse necessário a aplicação de recursos adicionais para manutenção do sistema de coleta e reciclagem. Do ponto de vista da arrecadação de tributos, a contribuição desse regime não foi relevante para o orçamento do país”.

DIFICULDADES

Linde explica que países como a Bélgica tentaram implementar uma forma de cobrança de impostos sobre as embalagens em geral, com isenções tributárias proporcionais ao conteúdo de material reciclado nesses produtos. No entanto, a lei foi revogada após a identificação de dificuldades para monitorar, calcular e verificar a quantidade de

material reciclado na composição dessas embalagens. Propostas semelhantes foram implementadas em outros estados-membros da UE, embora não tenham sido convertidas em lei até o momento.

Na Holanda foram criados impostos gerais sobre embalagens com base nas emissões de CO². De qualquer forma, a ideia de diferenciar as alíquotas incidentes sobre cada um dos vários materiais de embalagem com base nas emissões desse gás foi abolida devido ao aumento da burocracia pública, como também à grande complexidade do modelo de cálculo das referidas emissões.

Na Hungria e na Dinamarca foram aplicados regimes tributários com base em Análises do Ciclo de Vida (ACVs) dos diversos materiais de embalagens, com o objetivo de diferenciar a tributação entre eles a partir dos respectivos impactos ambientais. Entretanto, esse modelo de tributação foi abandonado após sofrer fortes críticas relacionadas à dificuldade de interpretação dos resultados, assim como da fragilidade desse tipo de análise sob o ponto de vista científico. Além do mais, a metodologia de ACV sofreu severas críticas devido às dificuldades relacionadas às diferenças entre as matrizes energéticas de cada país, bem como ao estabelecimento de critérios para a distribuição dos benefícios derivados da reciclagem.

“Em resumo, o que realmente funcionou na Europa foram os modelos que se basearam no índice de reciclagem das embalagens. A cobrança de impostos sobre a utilização de aterros ou sobre a exportação de resíduos de embalagens, resultaram apenas em incentivos indiretos para a reciclagem, pouco

contribuindo para que a cadeia produtiva de embalagens funcionasse como um ciclo fechado, ou seja, maximizando o reaproveitamento dos resíduos das embalagens. Enfim, o modelo mais eficaz foi aquele obtido por meio da concessão de isenções tributárias baseadas no desempenho da reciclagem de cada embalagem, como por exemplo aquele adotado na Noruega”, comenta Linde.

O secretário-geral da Metal Packaging Europe destaca ainda que um país que cuida de seus recursos por meio da reciclagem e da reutilização de materiais será menos dependente de matérias-primas no futuro e, portanto, também mais competitivo.

CICLO DE DEBATES ABRALATAS

Em sua quinta edição, o encontro desse ano receberá autoridades como o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ayres Britto, que realizou um estudo sobre o assunto. Além de Anders Linde, o debate contará ainda com o economista Eduardo Giannetti, o diretor de políticas públicas e tributação da LCA Consultores, Bernard Appy, e a presidente executiva do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi.

O que fazer para implementar uma política de tributação com critérios sustentáveis? Como outros países têm lidado com isso? Esses são exemplos de questões que serão discutidas no encontro. “Queremos debater o uso da política tributária como forma de induzir o consumidor, o distribuidor e o produtor de bens de consumo, a fazer escolhas que considerem também seus efeitos ambientais e sociais”, adiantou o diretor executivo da ABRALATAS, Renault Castro.

Pouco espaço

Tributação sustentável recebe pouca atenção nos programas de governo dos candidatos à presidência

A possibilidade de utilizar ferramentas econômicas para estimular o consumo e a produção sustentáveis, reduzindo assim o impacto ambiental dessas atividades, é estudada e praticada em muitos países, onde esse tema é discutido em vários setores da sociedade. Apesar disso, o assunto ainda não ganhou o merecido espaço nas campanhas

eleitorais dos candidatos à presidência do Brasil.

A análise dos programas de governo dos candidatos e de suas manifestações pela imprensa revela que não se dá importância a medidas tributárias que atraíam a atenção da sociedade para a preservação do meio ambiente. Com base nas propostas de governo de todos os candidatos

registradas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi elaborado um quadro com os trechos que tratam de alguma forma desse assunto.

Os candidatos estão listados em ordem alfabética. Não foi encontrado vínculo com o tema nos programas dos candidatos Levy Fidelix (PRTB), José Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Luciana Genro (PSOL) e Rui Costa (PCO).

CANDIDATOS	PROPOSTAS
Aécio Neves (PSDB)	Estabelecimento de políticas tributárias e de crédito com base na análise do ciclo de vida dos produtos e da fixação de padrões rigorosos de eficiência energética, e desempenho ambiental.
Dilma Rousseff (PT)	Fortaleceremos a reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade.
Eduardo Jorge (PV)	Nosso objetivo na condução da economia é combinar a construção de um país com economia de baixo carbono com democracia, respeito à diversidade e promoção de maior igualdade.
Marina Silva (PSB)	Propor incentivos econômicos (tributários, fiscais, creditícios) para atividades econômicas sustentáveis (...) Incentivar a incorporação da análise do ciclo de vida dos produtos à tomada de decisão empresarial.
Mauro Iasi (PCB)	Política de desenvolvimento econômico, humano e ecologicamente sustentável.
Pastor Everaldo (PSC)	Buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes através da abertura de crédito de fácil acesso.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Elaboração: Abralatas.



CICLO DE DEBATES
ABRALATAS 2014
Tributação Sustentável

Saiba como a política tributária pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil

INSCRIÇÕES GRATUITAS: WWW.CICLODEDEBATESABRALATAS.ORG.BR



Data: **10 de novembro de 2014** Local: **Teatro do Sesi, Edifício-sede da FIESP, Av. Paulista 1313, São Paulo-SP**

Sem álcool

Consumo de cerveja com baixo teor alcoólico ganha mercado e cresce acima da média no país

Laçadas no Brasil nos anos 90, as cervejas sem álcool têm conquistado cada vez mais consumidores conscientes das normas de trânsito do país, ou que adotam medidas especiais de saúde. Nos últimos cinco anos, o volume de vendas cresceu 5% ao ano, superior à média de 3% da bebida alcoólica no mesmo período, de acordo com a consultoria Euromonitor Internacional. Em países como Espanha e Estados Unidos, o segmento tem sido uma categoria reconhecida e consolidada, representando até 18% do mercado total da bebida.

A Ambev, líder no setor de bebidas no Brasil, lançou a Brahma 0,0% no ano passado. “O segmento de cervejas sem álcool no Brasil ainda é pequeno, mas está crescendo especialmente com o lançamento da Brahma 0,0%. Ele quase dobrou nos últimos dois anos e representa, hoje, o equivalente a 0,9% do mercado de cerveja”, explica Ana Cláudia Reis, gerente de marketing da Brahma.



Mauro Bernhard
Gerente comercial das cervejas Colônia



Mauro Bernhard, gerente comercial das cervejas Colônia, afirmou que, apesar de ser um produto ainda em crescimento, poderá dobrar sua participação de mercado em pouco tempo. “Está tendo uma boa representatividade no portfólio da empresa. Hoje já é o segundo produto mais importante, depois do carro chefe que é a Pilsen. Na lata de 350 ml, representa de 3% a 4% do volume comercializado pela companhia”, confirma.

Lei Seca – A cerveja sem álcool é uma opção para quem não pode ingerir bebidas alcoólicas por algum motivo – problemas de saúde ou mesmo a Lei Seca no trânsito, por exemplo. Mas, pela definição prevista na regulamentação da lei que dispõe sobre a classificação e a produção de bebidas alcoólicas, cervejas sem álcool são aquelas com teor alcoólico menor do que meio por

cento em volume, não sendo obrigatória a declaração no rótulo do conteúdo alcoólico. Na conhecida Lei Seca, o condutor não pode ingerir nenhuma quantidade de álcool, caso contrário já é considerada uma infração de trânsito.

Mauro Bernhard conta que as cervejas sem álcool vieram no primeiro momento para atender aqueles consumidores que, principalmente por motivo de saúde, não poderiam mais consumir a cerveja tradicional. “Lançamos a nossa cerveja com teor alcoólico abaixo de 0,5% (em torno de 0,2% à 0,3%). Com o advento da Lei Seca, tolerância zero, foi necessário criar uma nova cerveja com teor alcoólico próximo de zero, que passou a ser denominada de zero por cento”.

Já a ideia da Brahma 0,0% é de alavancar o setor com foco na ampliação de ocasiões de consumo, enfatizou Ana Cláudia. “O consumidor está mais consciente em relação ao consumo responsável, mas não abre mão do sabor e de uma marca de referência”.



Ana Cláudia Reis
Gerente de marketing da Brahma

Alta velocidade

A Schin lança uma lata temática de 350 ml para homenagear a Stock Car. A embalagem, criada pela agência Leo Burnett Taylor Made, será comercializada na Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná. A Schin também é patrocinadora oficial da Schin Racing Team da mesma modalidade de automobilismo.



Na cor

Para quem gosta de saber as cores da cerveja preferida, o designer espanhol Txaber, que estudou design gráfico no Centro Vasco de Nuevas Profissões de Bilbao, criou uma escala Pantone para cada tipo de cerveja. Aproveitando a característica da lata, cujo rótulo pode ser totalmente pintado, desenvolveu o curioso projeto. A cerveja Lager, por exemplo, é o dourado 123C, a Dark Ale é representada pelo marrom avermelhado 1815C.



Versão Black

Após o sucesso da cerveja pilsen Germânia 55, a cervejaria acaba de lançar a cerveja escura Germânia 56. A versão Black vem em latas de 710 ml produzidas pela Rexam. Com tamanhos e formatos diferentes, o impacto e a motivação para os consumidores são considerados maiores.



Cerveja A Outra lança lata que muda de cor

Produzida pela M.W. Indústria de Bebidas, A Outra lança lata que muda de cor quando a bebida atinge 8°C. A inovação na lata é o uso de tinta termocrômica. A bebida estará disponível, inicialmente, nos mercados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

Inovação: café com vinho

Para quem gosta de inovação, novos sabores e baixo teor alcoólico, chega ao mercado americano uma bebida que mistura vinho com aroma de café. A criadora da bebida é a empresa norte-americana Friends Fun Wine, que lança o Chardonnay Café Cappuccino e o Cabernet Café Espresso. Os novos sabores com café têm 6% de teor alcoólico. A empresa também produz em lata outros sabores: Red Sangria, Blanco Sangria, Rose Moscato, White Moscato, Strawberry Moscato e Peach Moscato.

